

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

18ª Sessão Ordinária de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, Edição Extraordinária, de 18/11/2024, págs. 1/12)

Data: 26/11/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 17ª Sessão Ordinária de 2024 (12/11/2024).

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedido de Vista

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2024 (30/04/2024)

- 1) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01014/2023-71
- Requerente: Jacson Luiz Zilio
- Advogados: André Galvão Pereira – OAB/RJ nº 156.129; Maurício Stegemann Dieter – OAB/SP nº 397309
- Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
- Interessados: Coletivo por um Ministério Público Transformador; Instituto de Ciências Penais – ICP
- Advogados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – OAB/DF nº 65.698; Gustavo Albano Amorim Sobreira – OAB/CE nº 13.552; José de Assis Santiago Neto – OAB/MG nº 102.766
- Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Determinação para a suspensão do protocolo n.º 9.665/2023 de Remoção por Interesse Público, em trâmite no Conselho Superior, e do PAD n.º 008/2023-CGMP, da Corregedoria Geral. Determinação para a publicidade do protocolo n.º 9.665/2023. Reconhecimento do princípio da independência funcional. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Paraná
- Vista: Cons. Fernando da Silva Comin
Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2024 (18/06/2024)

- 2) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

3) Proposição nº 1.00873/2021-72

Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Art. 17, §1º, da Lei nº 8.429/92, disciplinando o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Fernando da Silva Comin

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2024 (08/10/2024)

4) Reclamação Disciplinar nº 1.01028/2022-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrentes: Sigiloso
Advogados: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698; Michelle Aguiar da Costa – OAB/RJ nº 204603; Alexandre Mendonça Arruda Pontes – OAB/RJ nº 112026; Joaquim Jair Ximenes Aguiar Junior – OAB/DF nº 28424
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878A
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2024 (12/11/2024)

5) Proposição nº 1.00489/2024-77

Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “estabelece diretrizes sobre a atuação integrada do Ministério Público para prevenção, resposta e repressão às situações de violência escolar, bem como para a reparação às vítimas diretas e indiretas de ataques às unidades de ensino”.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar n.º 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2024 (13/08/2024)

- 10) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
- Requerente: Jarbas Soares Junior
- Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Minas Gerais

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2024 (12/11/2024)

- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.00485/2022-72 (Recurso Interno)
- Recorrente: Flavia Mazzarotto Borges Tomazoni
- Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- Advogadas: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF nº 39.915; Brenda Vanessa de Medeiros Jerônimo – OAB/DF nº 47.299
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Rio Grande do Sul
- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00685/2024-23 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Sigiloso
- Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO nº 51805; Lorena Leite Martins – OAB/GO nº 64746
- Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
- Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Goiás

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01035/2024-04 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça/PI
Embargada: Camila Pinho de Sousa Fontenelle de Araujo
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800/DF; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para Promotor de Justiça Substituto. Requer a suspensão dos efeitos do Edital nº 35 de 2024, por não estender o novo critério de correção da prova discursiva a todos os candidatos aprovados. Requer, ainda, a consequente revisão do edital no que se refere a reclassificação provisória dos candidatos. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Piauí
- 14) Conflito de Atribuições nº 1.01114/2024-05
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.001189/2024-05. Notícia de Fato nº 02.23.2149.0000029/2024-64. Apuração de suposta venda irregular de unidade do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Condomínio Residencial Irmã Dulce 3. Município de Parnamirim/RN.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
- 15) Conflito de Atribuições nº 1.01148/2024-55
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Procuradoria da República no Município de Ponta Grossa. IC nº 1.25.008.000874/2020-14. Ministério Público do Estado do Paraná. Promotoria de Justiça de Tibagi. Procedimento Administrativo nº 0147.19.000898-6. Conflito Negativo de Atribuições. Apurar possível falta de disponibilização de energia elétrica na localidade de Limeira, Município de Ventania/PR, devido às residências se encontrarem incrustadas nas faixas de domínio rodoviária (PR-090) e ferroviária (trecho 56+000 e 59+000), circunstância que impediria a ligação de energia elétrica.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Paraná

Processos desta Sessão (26/11/2024)

- 16) Conflito de Atribuições nº 1.00369/2023-52
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.11.001.000032/2023-61. Termo de Ajustamento de Conduta entre Ministério Público Estadual e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, com a interveniência do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. Verba pública federal utilizada nas obras do Canal do Sertão Alagoano.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Alagoas

- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.00473/2023-00 (Recurso Interno)
Recorrente: Jose Ribamar Camara Pinto
Advogado: Helcimar Araujo Belem Filho – OAB/MA nº 15932
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão
- 18) Reclamação Disciplinar nº 1.00764/2023-26 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Gleusa Gladys Silva do Nascimento – OAB/DF nº 40690; Bruno Infante Fonseca – OAB/AM nº 16.619
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Amazonas
- 19) Reclamação Disciplinar nº 1.00787/2023-86 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio de Janeiro
Advogados: Sheila Mafra – OAB/RJ nº 184303; Ana Carolina Gonçalves Soares – OAB/RJ nº 210214; Marcello Augusto – OAB/RJ nº 99720; Erlan dos Anjos Oliveira da Silva – OAB/RJ nº 157.264; Karen Calabria Alves – OAB/RJ nº 186011; Marcelle Castro Cazeira Alonso – OAB/RJ nº 215.303
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro
- 20) Reclamação Disciplinar nº 1.00965/2023-50 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Marcia Neusa Braga Paschoal
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00120/2024-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Luiz Gustavo Capitani e Silva Reimann – OAB/RS nº 67643
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento da Resolução CNMP nº 243/2021. Pregão Eletrônico nº 130/2023. Procedimento de Gestão Administrativa nº 00585.000.096/2023. Requer suspensão da contratação de postos de trabalho específicos de Bacharéis em Direito (terceirização) e a não utilização do quadro de servidores próprios do MP|RS, para atender ao convênio firmado com o DEPEN no atendimento de vítimas. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul

- 22) Proposição nº 1.00511/2024-51
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que "Altera a Resolução CNMP nº 250, de 25 de outubro de 2022, para modificar a redação do artigo 7º-A, a fim de prever que, além do período de licença maternidade, o de licença paternidade será computado como de efetivo exercício para fins de estágio probatório".
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal
- 23) Proposição nº 1.00646/2024-07
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que "Dispõe sobre a metodologia de instauração e processamento de investigações financeiras autônomas, como forma de reforçar a atuação das unidades ministeriais na persecução patrimonial do delito e de seu proveito".
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal
- 24) Conflito de Atribuições nº 1.00788/2024-20
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Notícia de Fato nº 01644.000.605/2022 (PGEA 00950.001.552/2024). Execução de pena de multa. Promotoria de Justiça de Charqueadas/RS. Promotoria de Justiça de Tubarão/SC.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Rio Grande do Sul
- 25) Avocação nº 1.00793/2024-04 (Embargos de Declaração)
Embargante: João Alves da Silva Neto
Embargado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido de Avocação da Sindicância SIGA nº 57345/2023. Alegação de irregularidades em remoção por merecimento de Promotora de Justiça para a Comarca de Alagoinhas/BA. Pedido de liminar.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Bahia

- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00805/2024-38
Requerente: Thaila Lopes da Cunha Lima
Advogado: Artur de Sousa Carrijo – OAB/DF nº 35218
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Edital n.º 1/2022. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para cargos de nível médio e superior. Cargo de Analista Ministerial – Médico. Alegação de cargo vago, bem como existência de servidores cedidos com ônus ao Ministério Público do Estado do Pará. Pedido de nomeação de aprovada no certame.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Pará
- 27) Conflito de Atribuições nº 1.00830/2024-01
Requerente: Procuradoria da República - Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público Federal. Notícia de Fato n. 1.28.000.000994/2024-11 (Procedimento Administrativo nº 31.23.2001.0000045/2024-98). Apuração de supostas irregularidades em processos de doações de terrenos públicos do município de Currais Novos/RN.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio Grande do Norte
- 28) Proposição nº 1.00891/2024-24
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para atuação dos membros, e para o desenvolvimento de políticas pelas unidades do Ministério Público Estadual, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a adoção de medidas preventivas em prol da defesa da probidade administrativa, em especial, o incentivo à implantação de Programas de Integridade perante os órgãos da administração pública.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal

29) Proposição nº 1.00892/2024-88

Requerente: Cíntia Menezes Brunetta

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

30) Proposição nº 1.00893/2024-31

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atribuições das Ouvidorias Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

31) Conflito de Atribuições nº 1.00897/2024-56

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná

Requerido: Procuradoria da República – Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato MPPR-0088.24.003711-4. Procedimento PRM-MGF-PR-00004912/2024. Apuração Auto de Infração Ambiental, expedido pelo IBAMA, em desfavor da empresa A. AYLA RAMALHO COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA. Comarca de Maringá/PR.

Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta

Origem: Paraná

32) Conflito de Atribuições nº 1.00913/2024-00

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.003.001072/2024-15. Apuração de supostas irregularidades no edital de convocação para recebimento de valores decorrentes da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022). Município de Araxá/MG.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2024-92 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Triecon de Barra Mansa Construções Ltda.
Advogados: Ivana Patricia de Araujo Bezerra de Paula – OAB/DF nº 16.952; Paula Ferro Costa de Sousa – OAB/DF nº 24.987; Douglas Xavier de Souza – OAB/RJ nº 182.595; Robson Halley Costa Rodrigues – OAB/DF nº 67827
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Requer o controle normativo da Resolução nº 166/2019, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, que motivou a criação do Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF). Alega que apesar da suspensão da Resolução, por prazo indeterminado, o GEAF continuou atuante por meio das Portarias nº 386/2021, nº 41/2022 e nº 1383/2023. Solicita a suspensão das atividades do GEAF, a declaração de nulidade das portarias e invalidação de todos os atos oriundos da citada resolução. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00942/2024-90
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Processo SISMP Digital n.º 0161.0000843/2024 (Inquérito Civil MPF 1.34.001.003628/2019-31). Apuração referente à presença do elemento químico Bisfenol A em recibos e notas fiscais emitidos aos consumidores, com potencial cancerígeno e prejudicial à saúde.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 35) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00978/2024-56 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
Advogado: Alessandro Roges Pereira – OAB/TO nº 2326
Interessado: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins. Sindicância n.º 1.01023/2023-62 e Reclamação Disciplinar n.º 1.00703/2022-05. Descumprimento de prazos legais para manifestação, quebra de sigilo processual e fraude processual.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Tocantins
- 36) Conflito de Atribuições nº 1.01006/2024-24
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Processo SEI n.º 20.22.0001.0047778.2024-10 (Procedimento MPRJ n.º 2023.00030603). 1.30.004.000164/2020-64 MPF. Apuração de irregularidades no âmbito da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Rio de Janeiro

37) Conflito de Atribuições nº 1.01027/2024-77

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso/Diamantino
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. NF 1.20.000.000465/2024-06. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Tangará da Serra. SIMP nº 001719-009/2024. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposta apropriação indébita previdenciária da aposentadoria de beneficiária falecida por seu advogado. Consequente lesão ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, autarquia federal.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Mato Grosso

38) Conflito de Atribuições nº 1.01041/2024-34

Requerentes: 69ª Promotoria de Justiça de Natal; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. 69ª Promotoria de Justiça de Natal. NF 02.23.2077.0000093/2024-95. Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. NF 1.28.000.000957/2024-03. Conflito Negativo de Atribuições. Apura crime de racismo por publicação de comentário à reportagem sobre espancamento de casal branco por casal negro, na rede social X (antigo Twiter). Investigada residente em Natal-RN.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio Grande do Norte

39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01044/2024-03

Requerente: Renan de Oliveira Freitas
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. 96º Concurso de Ingresso na Carreira. Alegação de que o quantitativo de cargos efetivamente preenchidos por pessoas com deficiência está abaixo do mínimo legal. Pedido de determinação de reserva de vagas para pessoas com deficiência em percentual não inferior a 20%. Pedido de liminar.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo

40) Proposição nº 1.01086/2024-90

Requerentes: Ângelo Fabiano Farias da Costa; Engels Augusto Muniz; Paulo Cezar dos Passos
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomenda a adoção de medidas destinadas a assegurar, na atuação do Ministério Público, a observância do decidido pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao cumprimento imediato da pena nas condenações oriundas do Tribunal do Júri, conforme Tema 1068.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal

41) Conflito de Atribuições nº 1.01097/2024-99

Requerente: Procuradoria da República – Piauí

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.27.000.001106/2024-15. Procedimento SIMP nº 002631-426/2024. Apuração de possível irregularidade praticada pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, referente a não realização do cadastro único de cidadão do Município de Simões/PI.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Piauí

42) Notícia de Fato nº 1.01098/2024-42 (Recurso Interno)

Recorrente: Claudio Noel de Toni Junior

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa suposta irregularidade da atuação ministerial no bojo de processo judicial.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: São Paulo

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01116/2024-04 (Apensos: Processos nº 1.01117/2024-68; 1.01133/2024-32; 1.01134/2024-96)

Requerente: Alex Miranda Soares

Advogado: Hamilton Antonio Zardo Neto – OAB/SC nº 62.156

Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia

Interessado: Mateus Dantas de Carvalho

Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. XXIII Concurso para Ingresso na Carreira do MP/RO. Requer verificação do Edital nº 11 de 2024, que republicou o resultado da prova discursiva, o que resultou na "não habilitação" do requerente, devido à atribuição de nota zero por erro de endereçamento da peça processual do Grupo IV. Solicita o reconhecimento da ilegalidade do ato administrativo, restaurando a nota obtida anteriormente, e sua reintegração ao certame. Pedido de Liminar

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rondônia

44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01127/2024-02

Requerentes: Alexandre Shiniti Shimada; Arion Rodrigues de Paula; Daniel Isaac Barros de Souza Leao; Daniel Nascimento Moreira Marques; Daniel Nascimento Moreira Marques; Deryck Costa Duarte; Eduarda Ludielly da Silva Cortez; Francisco das Chagas Serafim de Sousa Junior; Geraldo Rodrigues da Silva; Isabela Ramos Frutuoso Delmondes; Jefferson Matheus Carvalho Gomes; Larissa Maria Lacerda Santana; Layane Cristina Silva dos Santos; Luiz Cleber Carneiro de Carvalho; Magno Fernando Carbonaro Souza; Marcelo Piazza Sassi; Marcus Vinicius de Azevedo Proenca; Mateus Dantas de Carvalho; Paulo Isidorio Sousa Moreira Ramos; Pedro Paulo Rabelo Mira Junior; Raimundo Fabio Silva; Rhuan Padua Sales Martins; Thamy Medeiros da Costa; Tiago Goncalves dos Santos; Vitor Moreira Libano; Willian da Silva Magalhães

Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800

Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. XXIII Concurso público para ingresso na Carreira. Provedimento de cargos de Promotor de Justiça. Anulação das decisões administrativas que inabilitaram os 65 (sessenta e cinco) candidatos nas provas escritas. Manutenção do resultado publicado por meio do Edital nº 10, de 21/8/2024. Determinação de uma nova correção das provas. Pedido liminar.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rondônia

45) Conflito de Atribuições nº 1.01141/2024-70

Requerentes: Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região/MG; Procuradoria do Trabalho no Município de Varginha – 3ª Região

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 000514.2023.03.003/9. Apuração de irregularidades no encaminhamento de agentes de combate a endemias com problemas de saúde ao INSS. Município de Varginha/MG.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Minas Gerais

46) Pedido de Providências nº 1.01149/2024-09

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Jailton Jose da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Notícia de Fato nº 1.00929/2024-87. Possível abuso do direito de petição. Possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé, no valor de 1 (um) salário-mínimo.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Distrito Federal

47) Pedido de Providências nº 1.01150/2024-60

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Jailton Jose da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Notícia de Fato nº 1.01055/2024-01. Possível abuso do direito de petição. Possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé, no valor de 1 (um) salário-mínimo.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Distrito Federal

48) Pedido de Providências nº 1.01161/2024-69

Requerentes: Erica Cristini Ferreira Dias Ildefonso; Ulysses Elie Ildefonso
Requeridos: Eliane Costa de Azevedo; Fernando Hugo Miranda Teles; Procuradoria de Justiça Militar em Rio de Janeiro/RJ; Rafael Martins Liberato de Oliveira; Sergio de Saldanha da Gama Junior
Interessado: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Irresignação face a arquivamento do PIC n.º 115.2021.000472. Alegação de descumprimento da Resolução CNMP nº 181/2017. Ausência de comunicação referente à promoção de arquivamento.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio de Janeiro

49) Conflito de Atribuições nº 1.01174/2024-74

Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Notícia de Fato nº 1.23.002.000163/2024-06. Procedimento Administrativo nº 000175-158/2023. Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato nº 2023-4.002. Aquisição de suprimentos de informática, material didático e material de expediente para atender as necessidades do município, Secretarias e fundos de Faro/PA.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

50) Conflito de Atribuições nº 1.01181/2024-58

Requerente: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. IC 1.35.000.001078/2015-65. Ministério Público do Estado de Sergipe. Promotoria de Justiça Especializada do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural de Aracaju. Conflito Negativo de Atribuições. Apura pesca irregular, com lançamento de redes em horários inadequados e com produtos químicos para atrair peixes, na Praia da Aruana e na Orla da Atalaia, colocando em risco a segurança de banhistas.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Sergipe

51) Conflito de Atribuições nº 1.01205/2024-41

Requerente: Procuradoria Regional do Trabalho 21ª Região/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 001302.2022.21.000/0. Procedimento de Gestão Administrativa 20.23.21080000002/2022-41. Apuração de irregularidade no pagamento de plantões eventuais. Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESAP.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Norte

52) Conflito de Atribuições nº 1.01218/2024-57

Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Procuradoria da República - Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 01.2023.00016685-4. Notícia de Fato nº 1.33.003.000085/2023-02. Apuração de possível infração penal ambiental encaminhada pela superintendência do IBAMA/SC. Procedimento nº 02026.000649/2023-62 (Auto de Infração Ambiental nº Z6QSOCEY).
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Santa Catarina

53) Conflito de Atribuições nº 1.01226/2024-94

Requerente: Procuradoria da República - Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.005225/2024-64. Notícia de Fato MPRS 01530.000.632/2024. Apuração de suposta irregularidade praticada pela UERGS, polo de Santa Cruz do Sul/RS, que através da FENEIS contrata Tradutor e Intérprete de Libras sem a devida formação exigida por lei.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público